

Educação para a Cidadania na Democracia Contemporânea

Maria Victoria Benevides



Texto disponível em www.iea.usp.br/artigos

As opiniões aqui expressas são de inteira responsabilidade do autor, não refletindo necessariamente as posições do IEA/USP.

Educação para a Cidadania na Democracia Contemporânea

Maria Victoria Benevides

A educação para a cidadania, conforme a entendemos hoje, pode e deve comportar as dimensões componentes da CÁTEDRA UNESCO DE EDUCAÇÃO PARA A PAZ, A DEMOCRACIA, OS DIREITOS HUMANOS E A TOLERÂNCIA. Tais dimensões supõem, necessariamente, a formação do cidadão para os valores republicanos e democráticos, uma intervenção radical nas mentalidades, costumes e comportamentos.

Três elementos são indispensáveis e interdependentes para a compreensão da educação para a cidadania, ou para a democracia:

1. *a formação intelectual e a informação* - da antiguidade clássica aos nossos dias trata-se do desenvolvimento da capacidade de conhecer para melhor escolher. Para formar o cidadão é preciso começar por informá-lo e introduzi-lo às diferentes áreas do conhecimento, inclusive através da literatura e das artes em geral. A falta, ou insuficiência de informação reforça as desigualdades, fomenta injustiças e pode levar a uma verdadeira segregação. No Brasil, aqueles que não têm acesso ao ensino, à informação e às diversas expressões da cultura *latu senso*, são, justamente, os mais marginalizados e “excluídos”. O direito à educação fundamental é um direito humano inalienável, de responsabilidade do Estado.

2. *a educação moral*, vinculada a uma didática dos valores republicanos e democráticos, que não se aprendem intelectualmente apenas, mas, sobretudo pela consciência ética, *que é formada tanto de sentimento quanto de razão*; é a conquista de corações e mentes.

3. *a educação do comportamento*, desde a escola primária, no sentido de enraizar hábitos de *tolerância* diante do diferente ou divergente, assim como o aprendizado da cooperação ativa e da subordinação do interesse pessoal ou de grupo ao interesse geral, ao *bem comum*. Sem participação dos interessados no estabelecimento de metas e em sua execução, como já afirmava Dewey, não existe possibilidade alguma de bem comum.

De maneira resumida, a educação do cidadão, na concepção democrática, exige conhecimentos básicos da vida social e uma correspondente formação ética.

A educação para a democracia difere da simples instrução cívica, que consiste no ensino da organização do estado e dos deveres do cidadão, bem como difere da formação

política geral, que visa a facilitar aos indivíduos a informação política, qualquer que seja o regime vigente. Em decorrência, a educação do cidadão nunca se fará por imposição, como uma doutrina oficial, mas pela persuasão, até mesmo porque um dos valores fundamentais da democracia é a liberdade individual, que não pode ser sacrificada em nome de uma ideologia nacional, de uma religião, de um partido político, dos interesses de um governo.

Nesta ordem de considerações, deve-se entender por *valores republicanos*, basicamente:

a) *o respeito às leis*, acima da vontade dos homens, e entendidas como “educadoras”, no sentido da antiguidade clássica. A teoria democrática de Norberto Bobbio apoia-se, justamente, no entendimento das transparências, da legalidade e da legitimidade dos “procedimentos”, das “regras do jogo”, entre as quais destacam-se as leis, a serem decididas em processos regulares e amplamente participativos, o que significa a exigência* da cidadania ativa, a realizar-se através dos mais variados processos;

b) *o respeito ao bem público*, acima do interesse privado (seja de indivíduos ou de grupos) e patriarcal. O historiador Frei Vicente do Salvador já escrevia em 1627: “nem um homem nesta terra é repúblico, nem zela ou trata do bem comum, senão cada um do bem particular”. Em nosso país, portanto, trata-se de romper a tradição doméstica, tendente ao despotismo, que moldou nossos costumes e que hoje se reflete em todas as formas de clientelismo e corporativismo, os quais, muitas vezes, são apresentados falaciosamente como formas de “direitos”, quando não passam de “privilégios”.

c) *o sentido de responsabilidade no exercício do poder*, inclusive o poder implícito na ação dos educadores, sejam eles professores, orientadores educacionais, coordenadores pedagógicos, diretores de escola e demais profissionais do ensino.

E por valores democráticos, estreitamente ligados aos valores republicanos, entendem-se:

a) *o reconhecimento da igualdade*, como um pilar da democracia tão importante quanto o da liberdade, e o conseqüente repúdio a qualquer forma de privilégio e de repressão das liberdades fundamentais, individuais ou coletivas;

b) *o respeito integral aos direitos humanos*, cuja essência consiste na vocação de todos - independentemente de diferenças de raça, etnia, sexo, instrução, credo religioso, opção política ou posição social - a viver com dignidade, o que traz implícito os valores da solidariedade e da tolerância, bem como os ideais de justiça e paz;

c) *o acatamento da vontade da maioria, legitimamente formada, porém com constante respeito pelos direitos das minorias, o que pressupõe a aceitação da diversidade e a prática da tolerância.*

Ao discutir os valores democráticos é importante, no entanto, estabelecer certos pontos e destacar o valor da solidariedade. A liberdade e a igualdade estão, como se vê, estreitamente ligadas à tolerância, virtude essencial numa sociedade democrática. Mas esta - a tolerância - pode ser apenas uma virtude passiva, ou seja, a aceitação da alteridade e das diferenças, mesmo que seja uma aceitação crítica. Enquanto que a *solidariedade é, em si mesma, uma virtude ativa - por isso muito mais difícil de ser cultivada -, pois exige uma ação positiva para o enfrentamento das diferenças injustas entre os cidadãos.* A educação para esses três valores deve ser diferenciada. Não basta educar para a tolerância e para a liberdade, sem o forte vínculo estabelecido entre igualdade e solidariedade. Esta implicará no despertar dos sentimentos de indignação e revolta contra a injustiça e, como proposta pedagógica, deverá impulsionar a criatividade das iniciativas tendentes a suprimi-la, bem como levar ao aprendizado da tomada de decisões em função de prioridades sociais.

Onde deve ser desenvolvida a educação do cidadão? A escola é o *locus* privilegiado, embora sofra, atualmente, a concorrência de outras instituições - como os meios de comunicação de massa. A escola continua sendo a única instituição cuja função oficial e exclusiva é a educação. É evidente que existem outros espaços para a educação do cidadão, dos partidos aos sindicatos, às associações profissionais, aos movimentos sociais, aos institutos legais de democracia direta. Mas a escola não deve substituir a militância, pois forma cidadãos ativos e livres, e não, como alertava Fernando de Azevedo, homens de partido, de facções virtualmente intolerantes.